



MUNICÍPIO DE SOBRAL

# *Câmara Municipal de Sobral*

## **JULGAMENTO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

### **DAS PRELIMINARES**

Tendo em vista o recebimento de RECURSO interposto pela Empresa **F&J Contabilidade e Assessoria Municipal S/C**, de CNPJ: 01.606.181/0001-67, denominada recorrente, contra a **CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO** da empresa **Costa Assessoria Pública Ltda.**, de CNPJ: 41.533.200/0001-97, bem como da apresentação das contrarrazões desta última, no processo constante da licitação sob a modalidade de **Concorrência Eletrônica nº 002002/2025**, que tem por objeto a **Contratação de execução da escrituração contábil tributária para cumprimento da IN nº 2.043/2021-RFB (Lote nº 02)** destinada à Câmara Municipal de Sobral-CE., informo a seguir os fatos e atos que nortearão a decisão final:

### **DO DIREITO**

1. O recurso foi recebido protocolarmente por esta Pública Administração **TEMPESTIVAMENTE** em 05 de maio de 2025, às 21:13h, via sistema, anexando as justificativas;
2. O instrumento atendeu, em parte, as formalidades intrínsecas relativa à formalização de tal peça;
3. O conteúdo do recurso esteve disponibilizado aos outros licitantes pelo próprio sistema, havendo manifestação de impugnação por parte da empresa declarada vencedora, classificada em 1º lugar e habilitada, às 21:18h do dia 07 de maio;

### **DO EDITAL**

4. O edital de licitação, como não poderia deixar de ser, traçou as normas gerais para a apresentação das propostas de preços e documentos de habilitação por parte dos licitantes interessados, bem como da forma de credenciamento no sistema eletrônico de licitações "Licita Mais Brasil";

### **DA SESSÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO**

5. Conforme consta nos autos do processo o Agente de Contratação analisou a proposta da empresa recorrida e decidiu tanto por sua classificação quanto por sua habilitação;



MUNICÍPIO DE SOBRAL

## *Câmara Municipal de Sobral*

### DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

6. A recorrente alega que o julgamento da administração está equivocado, sob a justificativa de que o preço estaria excessivamente abaixo do orçado pela administração, assim se colocando:

“ A surpresa deu-se pelo fato da proposta do licitante em comento ofertar valor inferior a 50% do estimado pela Administração Pública, fato este que aparenta ter passado despercebido pelo nobre Agente de Contratação. ”

7. Aponta ainda uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), como preponderante para suas alegações, tal como abaixo:

“ No fornecimento de bens ou na prestação de serviços em geral, há indício de inexecutabilidade quando as propostas contêm valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração. Nesses casos, deve o agente ou a comissão de contratação realizar diligência, pois a confirmação da inviabilidade da oferta depende da comprovação de que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e, concomitantemente, de que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta (art. 34, caput e parágrafo único, da IN Seges/ME 73/2022). ”

(ACÓRDÃO 963/2024 – PLENÁRIO – Relator: BENJAMIN ZYMLER – Processo: 006.580/2024-6 – Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO (REPR) – Data da sessão: 22/05/2024 – Número da ata: 20/2024 – Plenário)

### DO MÉRITO

8. O princípio da razoabilidade impõe que as decisões administrativas devam ser objeto de bom senso e que sejam dotadas de razão, como forma de limitar o poder discricionário da administração, evitando restrições desnecessárias ou abusivas, visando lesão aos direitos fundamentais, o que parece não ser o caso em voga;

9. Ao não concordar com classificação e habilitação da empresa contrarrazoante, sob a alegação de inexecutabilidade da proposta vencedora, a recorrente atenta contra alguns dos princípios basilares do nosso ordenamento jurídico para a matéria “licitações e contratos”, quais sejam, o da Economicidade, da Legalidade e da Segurança Jurídica;

10. A Administração Pública deve sempre julgar pela ampliação do universo de possíveis interessados em contratar com ela. Entretanto não pode abrir mão da segurança da contratação, sob pena de responsabilidade administrativa. O professor Adilson Abreu Dallari, conhecido doutrinador, faz a seguinte colocação quanto as exigências de habilitação:





MUNICÍPIO DE SOBRAL

## *Câmara Municipal de Sobral*

" Não há requisitos mínimos preestabelecidos pelo legislador. A lei deixa uma ampla margem de discricionariedade à Administração para que esta determine, com relação a cada caso concreto, **desde que se trate de condições pertinentes**, o que deve ser comprovado pelo licitante. Se assim não fosse, nem haveria necessidade de consignar no edital as '**condições para participação na licitação**' " – Grifo nosso (Aspectos jurídicos da licitação – Ed. Saraiva, 6ª edição – 2003 – pág. 119);

11. Perceba que o doutrinador põe em evidência a discricionariedade da Administração em relevar o que realmente é de importância para ser considerado, visando o futuro contrato a ser firmado e a condição técnica do licitante para atender o objeto;

12. Em outro momento o Professor Adilson Dallari faz a seguinte colocação quanto à questão da segurança da contratação, citando outro importante doutrinador, Celso Antônio Bandeira de Mello:

" Celso Antônio Bandeira de Mello assinala que a Administração deve conciliar **o princípio da isonomia com a necessidade de segurança**, oferecendo iguais oportunidades de contratação apenas a quem comprove estar realmente habilitado a executar o objeto de cada específica licitação, não havendo sequer a possibilidade de se estabelecer um padrão universal de idoneidade. Em suas palavras: Portanto, é inquestionável assistir ao promotor do certame licitatório certa margem de liberdade para estabelecer, no edital, padrões mínimos de idoneidade financeira e técnica, condicionais ao ingresso no certame e à disputa do objeto licitado. Por sem dúvida quadra-lhe **fixar os parâmetros necessários, a bem da firmeza e segurança** que vem presidir a relação jurídica ulterior a ser firmada com o vitorioso. " – Aspectos jurídicos da licitação – Ed. Saraiva, 6ª edição – 2003 – pág. 119 (Grifos nosso)

13. Vemos que Celso Antônio cita um importante princípio constitucional, o da "Isonomia", o qual feriríamos de morte se deixarmos de observar. Esse princípio tem como cerne o tratamento igualitário entre os licitantes. Destaque-se, no entanto, o Princípio da Segurança Jurídica que deve permear a peleja;

14. Coadunando com a doutrina temos o entendimento da nossa corte maior de contas, o Tribunal de Contas da União (TCU), que tem o seguinte entendimento:

" Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configurado tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade.





MUNICÍPIO DE SOBRAL

## *Câmara Municipal de Sobral*

Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 3.555/2000, no sentido de que 'as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que **NÃO COMPROMETAM** o interesse da administração, a finalidade e **A SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO.**' " – Grifo nosso (Acórdão nº 1.758/2003, Plenário)

15. A segurança da contratação passa não só por questões de ordem técnica, mas principalmente por questão de ordem econômica e jurídica, dentre outras. Não observar fatos como o valor apresentado na proposta é deixar inseguro o processo de contratação. Óbvio que é de interesse que o processo se dê de forma mais acessível e competitivo, porém não se pode renunciar à segurança que deve estar envolvida no procedimento, muito menos a economicidade constatada;

16. A proposta vencedora apresentada atende em cheio ao ato convocatório e à economicidade característica dos procedimentos licitatórios. Este princípio, fundamental na administração pública e previsto no artigo 70 da Constituição Federal, preconiza que a gestão dos recursos públicos deve ser realizada de forma eficiente, buscando a máxima otimização dos gastos sem comprometer a qualidade dos serviços prestados ou dos objetivos a serem alcançados. Em outras palavras, significa obter o melhor resultado possível com o menor custo necessário;

17. A Importância do Princípio da Economicidade é observado sob diversos, sendo crucial por diversas razões, dentre as quais pode-se facilmente ser observado os seguintes:

- Uso responsável do dinheiro público: Assegura que os recursos arrecadados dos contribuintes sejam utilizados da maneira mais eficiente e produtiva possível.
- Melhoria da qualidade dos serviços: Ao otimizar os gastos, é possível direcionar mais recursos para a melhoria e a expansão dos serviços públicos oferecidos à população.
- Promoção da justiça social: A alocação eficiente de recursos pode contribuir para a redução das desigualdades e para o atendimento das necessidades da população de forma mais equitativa.
- Aumento da confiança da sociedade: Uma gestão pública transparente e eficiente fortalece a credibilidade das instituições e a confiança dos cidadãos nos governantes.
- Sustentabilidade fiscal: A economicidade contribui para a saúde financeira do poder público, evitando o endividamento excessivo e garantindo a capacidade de investimento em longo prazo.

18. Exemplifica-se a Economicidade no Setor Público sob diversas ações, podendo ser observada em várias situações, como:

- Compras e contratações: Realizar licitações transparentes e competitivas para obter os **MELHORES PREÇOS** e condições, evitando sobrepreços e direcionamentos. Optar por **LICITAÇÕES ELETRÔNICAS** em vez de presenciais, quando viável, para reduzir custos administrativos.
- Gestão de pessoal: Otimizar a distribuição de servidores, evitar ociosidade, investir em capacitação para aumentar a produtividade e realizar concursos públicos de forma planejada e eficiente.





MUNICÍPIO DE SOBRAL

## *Câmara Municipal de Sobral*

- Utilização de bens públicos: Zelar pelo patrimônio público, realizar manutenções preventivas para evitar gastos maiores com reparos, otimizar o uso de veículos e equipamentos.
- Implementação de políticas públicas: Desenvolver projetos bem planejados, com metas claras e indicadores de desempenho, monitorando os resultados e ajustando as estratégias para garantir a efetividade com o menor custo.
- Uso de tecnologia: Investir em sistemas de informação e plataformas digitais para automatizar processos, reduzir o uso de papel, agilizar a comunicação e melhorar a eficiência dos serviços.

19. Em suma, o princípio da economicidade é um pilar fundamental para uma gestão pública responsável, eficiente e voltada para o bem-estar da sociedade. Sua aplicação exige um olhar atento para a relação entre custos e benefícios em todas as ações governamentais, buscando sempre a melhor forma de utilizar os recursos públicos em benefício da coletividade;

20. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a inexecuibilidade de propostas de preços tem se consolidado no sentido de que a presunção de inexecuibilidade, quando os valores são inferiores a 75% do orçamento da Administração (conforme o art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021 e o antigo art. 48 da Lei nº 8.666/93), é relativa, e não absoluta. Os principais pontos da jurisprudência do TCU são:

- **Presunção Relativa:** O TCU entende que um preço significativamente abaixo do orçamento oficial não implica a desclassificação automática da proposta. Essa diferença estabelece uma presunção de inexecuibilidade, mas permite ao licitante o direito de comprovar a viabilidade de sua proposta.
- **Ônus da Prova:** Cabe ao licitante apresentar justificativas e demonstrar, de forma detalhada, a exequibilidade dos preços ofertados, comprovando que possui condições de cumprir todas as obrigações contratuais a contento, mesmo com valores inferiores aos estimados pela Administração.
- **Diligências da Administração:** A Administração Pública tem o dever de realizar diligências para verificar a plausibilidade das justificativas apresentadas pelo licitante. Não se pode desclassificar sumariamente uma proposta com base apenas no critério percentual.
- **Súmula 262 do TCU:** Embora referenciada em relação à Lei nº 8.666/93, o entendimento da Súmula 262 ("Em licitações de menor preço, na hipótese de obras e serviços de engenharia, não se considera inexecuível a proposta que apresente preços inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração; ou b) valor orçado pela administração.") continua a influenciar a análise de inexecuibilidade, reforçando a necessidade de análise além do percentual.
- **Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):** O TCU tem se posicionado no sentido de que o art. 59, § 4º da nova lei também estabelece uma presunção relativa de inexecuibilidade, mantendo a necessidade de dar oportunidade ao licitante para demonstrar a exequibilidade de sua proposta (Acórdãos 2088/2024-TCU-Segunda Câmara e 465/2024-TCU-Plenário, por exemplo).





MUNICÍPIO DE SOBRAL

## *Câmara Municipal de Sobral*

- **Análise Detalhada:** A análise da exequibilidade deve considerar diversos fatores, como a estrutura de custos do licitante, a eficiência de seus processos, as condições de mercado e a razoabilidade dos preços dos insumos.

21. Em resumo, a jurisprudência do TCU não permite a desclassificação automática de propostas com preços inferiores aos limites percentuais estabelecidos na legislação. A Administração deve conceder ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, realizando uma análise técnica e detalhada das justificativas apresentadas;

22. Nessa esteira, a empresa apontada como vencedora apresentou sua devida composição de preços na sua contrarrazão, em nada tendo de preços manifestamente inexequíveis. Destaque-se ainda que outra empresa havia apresentado preço menor ainda, porém não apresentou proposta final;

23. Para efeito de não restar dúvida, caso optar pela desclassificação da atual vencedora, a diferença para a segunda representa nada menos que algo próximo e 80% à mais, ou seja, R\$ 52.399,99 superior. Um contrato de R\$ 66.000,00 poderia ser contratado por R\$ 118.399,99;

24. Assim, as alegações apresentadas pela recorrente não atendem ao interesse da Administração Pública. Toma-se como norte que a principal função da licitação é contratar objeto que atenda aos interesses à que se destina seu objeto, adotando os maiores dos princípios inerentes às licitações públicas, o da Ampliação à Competitividade, o da Segurança da Contratação e o da Economicidade;

### DA DECISÃO

25. Destarte, sou pelo reconhecimento do recurso, vez que tempestivo se fez, entretanto, **NEGANDO-LHE DEFERIMENTO**, decidindo pela **RATIFICAÇÃO** da decisão outrora deliberada de **CLASSIFICAR e HABILITAR** a empresa **Costa Assessoria Pública Ltda.**, pelo que fazemos subir devidamente instruído o processo administrativo para as manifestações da digna Autoridade Superior, previstas no § 2º do Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

É o nosso entendimento, SMJ.

Sobral-CE., em 09 de maio de 2025.

  
LUÍS CLAUDIO COUTINHO RODRIGUES  
Agente de Contratação da Câmara